



Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul



RATIFICAÇÃO

Ratifico a Inexigibilidade de Licitação para, com base no Chamamento Público nº 003/2023, operado pelo Consórcio Intermunicipal do Vale do Rio Caí (CISCAÍ), forte no art. 74, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021 e Parecer Jurídico nº 515/2025, proceder a contratação da empresa **ATAGON GEOINFORMAÇÃO E AMBIENTE LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 38.625.577/0001-61, para prestação de serviços de consultoria ambiental, vistorias ambientais, pareceres técnicos, laudos técnicos, aprovação de projeto de recuperação de área degradada, anotação de responsabilidade técnica referente ao convênio da Mata Altântica, controle de simunídeos, revisão de plano de saneamento básico, dentre outras que se faça necessária a responsabilidade técnica em área ambiental, nos termos do processo protocolado sob o nº 2195/2025, devendo o presente despacho, e o extrato do contrato originário deste processo, ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial, em atenção ao Parágrafo Único, do Artigo 72 da referida lei.

Taquari, 11 de junho de 2025.

ANDRÉ LUIS BARCELLOS BRITO
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE TAQUARI Inexigibilidade de Licitação Nº 021/2025

O Prefeito Municipal, Sr. ANDRÉ LUIS BARCELLOS BRITO, ratificou o procedimento de Inexigibilidade de Licitação para, com base no Chamamento Público nº 003/2023, operado pelo Consórcio Intermunicipal do Vale do Rio Caí (CISCAÍ), forte no art. 74, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021 e Parecer Jurídico nº 515/2025, proceder a contratação da empresa **ATAGON GEOINFORMAÇÃO E AMBIENTE LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 38.625.577/0001-61, para prestação de serviços de consultoria ambiental, vistorias ambientais, pareceres técnicos, laudos técnicos, aprovação de projeto de recuperação de área degradada, anotação de responsabilidade técnica referente ao convênio da Mata Altântica, controle de simunídeos, revisão de plano de saneamento básico, dentre outras que se faça necessária a responsabilidade técnica em área ambiental, nos termos do processo protocolado sob o nº 2195/2025.

Taquari, 11 de junho de 2025.

